



Conversa

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

“Temos uma história que fundamenta a abordagem sobre patrimônio e memória no Brasil, o que nos dá um lastro importante”

Conversa com:

Luiz Antonio Fernandes Cardoso

Coordenador do PPG-AU/FAUFBA (2014-2017)
Universidade Federal da Bahia

A conversa telepresencial de Luiz Antonio Fernandes Cardoso, mais conhecido como Lula Cardoso, com os Cadernos PPG-AU/FAUFBA, ocorreu em 6 de setembro de 2024. Gravada, teve sua transcrição feita por um aplicativo de inteligência artificial e, depois, revisada por um outro aplicativo de IA, pelo editor Leo Name e pelo próprio Lula.

Em seu relato, Lula descreveu sua formação na FAUFBA dos anos 70, ressaltando a estrutura fragmentada da faculdade, refletida na grade curricular, e a ênfase no modernismo. Mencionou, também, a predominância de disciplinas exatas e a visão das disciplinas teóricas como secundárias, destacando a falta de integração entre história e teoria. Seu interesse pela área de Conservação e Restauro surgiu durante o bacharelado, tanto devido a alguns componentes curriculares quanto por meio de um estágio no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), onde adquiriu experiência prática. Logo após se formar, ele foi tanto contratado pelo IPAC quanto selecionado para o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), o que ampliou sua visão sobre a preservação. Sua formação foi continuada na primeira turma, de 1983, do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA (MAU, hoje PPG-AU), desenvolvendo uma pesquisa sobre habitação proletária em Salvador. Lula permaneceu no IPAC até 1993, quando se tornou docente regular da FAUFBA, dez anos depois tornando-se doutorando no PPG-AU. Sua tese, um estudo comparativo entre Salvador e Goa, foi desenvolvida em um momento, segundo ele, em que o programa já estava mais estruturado e com reflexões não mais tão restritas a Arquitetura e Urbanismo.

De sua passagem como Coordenador do PPG-AU/FAUFBA, entre 2014 e 2017, Lula destacou os desafios impostos tanto pela Plataforma Sucupira, em implantação e exigindo mais dados e muito mais detalhados que antes, quanto por processos seletivos crescentemente intrincados, inclusive com a adesão às cotas. Tais situações demandaram, além de debates, a ampliação do corpo docente, até mesmo devido ao aumento das candidaturas e complexidades nos processos de entrada do alunado, bem como estratégias para a internacionalização, com a adesão a programas de apoio a estudantes estrangeiros ou a colaboração com instituições estrangeiras.

Para o pesquisador, o que diferencia o PPG-AU/FAUFBA de outras pós-graduações em Arquitetura e Urbanismo, no país, atraindo uma ampla gama de pessoas interessadas, é, por um lado, o histórico e a fundamentação da abordagem sobre patrimônio e memória, na Área de Concentração em Conservação e Restauro. Por outro, é a manutenção de um horizonte teórico em que a pluralidade de perspectivas tem abrigo.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Lula, fale um pouco sobre sua formação acadêmica. Se não estamos enganados, você se formou na própria FAUFBA nos anos 1970. Como era o curso de arquitetura naquela época, comparado com hoje?

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: O curso era bastante diferente. Para começar, havia a estrutura da faculdade, que estava dividida em cinco departamentos. Isso dificultava a possibilidade de fomentar discussões mais transdisciplinares entre o corpo docente. Essa separação também impactava a convivência e a integração entre os professores de departamentos distintos. O caráter do curso era muito marcado por uma visão modernista, em que o projeto era o eixo central do processo formativo. As disciplinas que não tratavam diretamente da execução do projeto, mas sim da reflexão sobre ele, eram muitas vezes vistas quase como apêndices da estrutura curricular. Por outro lado, a área de história não era integrada à de teoria. Ficavam em departamentos distintos até 2014, quando o regimento da Faculdade mudou. Quando comecei a ensinar, em 1992, parecia estranho tratar da história de forma isolada, sem vincular com uma reflexão teórica sobre arquitetura, cidade etc.

O curso de arquitetura na UFBA era enquadrado na área de exatas, como acredito que ainda seja, o que resultava numa grande carga de disciplinas de matemática, física e engenharia, especialmente nos primeiros anos. Ao efetivar nossas matrículas semestrais, era comum priorizar disciplinas técnicas ou vinculadas às exatas. Normalmente, no início do curso, pegávamos em média seis disciplinas por semestre, incluindo cálculo, matemática básica, mecânica, entre outras. Daí, para compensar, às vezes incluíamos uma disciplina de história que, por nos permitir “viajar”, através das imagens projetadas nos slides, por civilizações e lugares distantes, encarávamos quase como se fosse uma disciplina eletiva, similar a canto/coral ou yoga — algo mais leve que abria uma perspectiva diferente no processo de formação, permitindo um alívio, um relaxamento da carga das matérias mais técnicas e pesadas.

O fato de ter ingressado em 1976 marcou bastante a minha formação, já que estudávamos sob o clima da ditadura militar. Fui um dos poucos da turma a me formar em cinco anos, apesar de ter participado de diversas ações de mobilização estudantil, incluindo a reconstrução da UNE, em 1979, e de greves contra a ditadura. Geralmente, isso fazia com que o tempo usual de conclusão do curso fosse de seis anos ou mais. Tive colegas, com maior vinculação ao movimento estudantil, que só conseguiram se graduar em pelo menos uns 10 anos. Caso de Javier Alfaya, que chegou inclusive a ser eleito um dos primeiros presidentes da UNE, após a sua reconstrução.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você já descreveu como era o curso nos anos 70, mas logo depois você fez o Curso de Especialização em Conservação e Restauro, o CECRE, hoje um Mestrado Profissional.¹ Como surgiu esse interesse pela área de Conservação e Restauro?

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: Na verdade, esse interesse surgiu ainda quando era estudante, lá pelo terceiro ou quarto semestre. Tive algumas disciplinas em que a questão da preservação se destacava, tanto nas aulas de história da arquitetura no Brasil quanto em uma das disciplinas de teoria, acho que se chamava Teoria 2, ministrada pelo Professor Paulo Ormino. Ele trazia essas questões de Conservação e Restauro como um ponto importante a ser debatido na formação de arquitetos e urbanistas, especialmente na Bahia.

Nessa época, surgiu uma oportunidade de estágio na antiga Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, atual IPAC [Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia]. Comecei a estagiar lá e tive uma experiência muito enriquecedora. Esse estágio, mais tarde, acabou se transformando num contrato como auxiliar técnico, ainda como estudante. O trabalho no IPAC me permitiu transitar por diversas áreas da preservação, tanto no âmbito do projeto de intervenção em monumentos, quanto na execução de obras e, depois, no envolvimento com a pesquisa, voltada para o registro e a preservação legal de bens culturais. Foi uma experiência que me impactou muito, e continuei envolvido nisso.

No final da década de 1970, havia uma grande preocupação com questões de planejamento urbano, e estava em pauta a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador, o PLANDURB. Porém, possivelmente lastreado numa visão que entendia a preservação cultural como um campo de especialistas, o PLANDURB não incorporava plenamente nas suas proposições as áreas tombadas, o que implicou a tentativa de execução de um plano específico para o Centro Histórico, dando origem ao PLANDIP (Plano Diretor do Pelourinho). Esta foi a minha porta de entrada no IPAC e pela qual tive a oportunidade de trabalhar junto a equipes que, além do pessoal do órgão, en-

¹ Nota dos Editores (N.E.) — O Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE) foi criado na década de 1970, por meio de convênios entre a Secretaria de Cultura do MEC e diversas universidades brasileiras. Com a realização de sua quarta edição em Salvador (1981-1982), o curso adquiriu caráter internacional, atraindo a participação de alunos e consultores estrangeiros. Após o êxito dessa edição, que sucedeu as anteriores em São Paulo (1974), Recife (1976) e Belo Horizonte (1978), o curso estabeleceu sede fixa na Universidade Federal da Bahia, por intermédio da Faculdade de Arquitetura e do Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia (CEAB). Desde 2010, o programa tornou-se o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE).

volviam técnicos de diversas instituições, incluindo a CONDER [Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia]² e a Prefeitura, o que me fez entender que a preservação do patrimônio envolvia diversas escalas.

Ainda como estudante, fiquei cada vez mais interessado nessa área. Depois de me formar, em janeiro de 1981, fui contratado como arquiteto no IPAC e, logo em seguida, participei da seleção para o CECRE, então muito concorrida. O curso tinha apoio da Unesco e de instituições como o IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], o seu principal patrocinador. Eu achava que não teria chances de ser selecionado, especialmente porque, no IPAC, havia arquitetos bem mais experientes. Participlei, desta seleção, catorze arquitetos do IPAC e eu, o mais novo, o recém-formado, para minha surpresa, fui um dos sete selecionados. O CECRE foi uma experiência muito significativa para mim, possibilitando uma leitura abrangente e complexa sobre o campo da preservação cultural. Durante o curso, tivemos contato com nomes paradigmáticos da área da preservação, incluindo consultores internacionais da UNESCO, tais como Victor Pimentel, do Peru, um dos redatores da Carta de Veneza, Raúl Pastrana, da França e da Argentina, consultor para Centros Históricos Latino-Americanos, e Franca Helg, arquiteta e designer, autora de relevantes obras de reabilitação de edifícios históricos na Itália, onde articulava princípios da arquitetura moderna com a restauração de preexistências arquitetônicas.

Após concluir o CECRE, voltei ao IPAC e, com a mudança da sua direção e a definição mais ampla e clara do seu papel enquanto instituição de preservação do patrimônio, abriram-se novas oportunidades. A gestão de Benito Sarno (1982-1986) deu início a um processo de redefinição e ampliação do universo de trabalho do IPAC que ia além da noção de bens culturais edificados, segundo uma visão que também passou a abranger a noção de patrimônio imaterial e natural. Passei a ocupar cargos que me permitiram contribuir com o direcionamento de novas políticas de preservação, fundamentadas no aprofundamento de trabalhos de pesquisa. Nessa fase, trabalhei bastante para criar uma ponte entre a Academia e o IPAC e, dois anos depois, na edição subsequente do CECRE, fui convidado pela sua coordenação para atuar como professor colaborador. Isso ajudou a fortalecer ainda mais essa conexão entre o IPAC e a Academia, especialmente através de convênios para desenvolvimento de projetos e pesquisas que refletiam as prioridades políticas de preservação da época. É deste período alguns trabalhos realizados com o CEAB [Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia], da FAUFBA,

² N.E. — À época, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

como o da Redelimitação das Áreas de Preservação do Município de Porto Seguro, assim como a elaboração do Dossiê de Delimitação do Centro Histórico de Salvador e da sua proposição para a lista de patrimônio cultural da humanidade, da UNESCO.

Este processo de mudança e ampliação do campo de ação do IPAC foi consolidado com a gestão do antropólogo Ordep Serra, entre 1986 e 1988, quando, além de articular várias ações para preservação de bens culturais da população afro-brasileira, foi estruturado um grupo de trabalho voltado especificamente para criação de uma nova Legislação Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural,³ em que a participação da colega Márcia Sant'Anna, como uma das suas coordenadoras, foi fundamental.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Logo em seguida, em 1983, você entra no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, o antigo MAU, que depois virou o PPG-AU/FAUFBA...

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: Sim, eu fui da primeira turma do MAU.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E vinte anos depois de terminar o Mestrado, voltou ao PPG-AU quando o programa já tinha o Doutorado, certo? Conte um pouco sobre esses dois momentos, nos anos 80 e nos anos 2000. Quais eram os temas mais discutidos em cada época? E se puder, fale um pouco sobre sua dissertação e sua tese.

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: Minha turma foi a primeira de Mestrado, o que implicou várias situações próprias de um curso em implantação, com ganhos e perdas. Um aspecto que marcou esse período foi a participação de reconhecidos professores de filosofia no curso, como Ubirajara Rebouças e, posteriormente, Elyana Barbosa. Isso contribuiu para se avançar na reflexão sobre a metodologia e a fundamentação teórica das pesquisas. Na minha turma discutiu-se Lukács e Althusser, mas pensadores que já se distanciavam do marxismo, como Bachelard e Foucault, entre outros, também foram estudados. Me lembro que o tempo de formação do mestrado era mais longo. O meu se estendeu ainda mais, já que eu trabalhava e fazia o curso ao mesmo tempo. No serviço público não era usual a dispensa para dedicação exclusiva à pós-graduação. O professor Pasqualino Magnavita, um dos primeiros coordenadores, comentava que demonstrávamos para concluir o mestrado porque, ao invés de dissertações, quase escrevíamos teses, incluindo pesquisas em fontes primárias.

O meu tema de dissertação só ficou claramente definido quando já andava pelo quarto ou quinto semestre. Foi o período em que Ana Fernandes e Marco Aurélio [Andrade de Filgueiras Gomes], praticamente recém-chegados ao programa, fomentaram

³ N.E. — As propostas elaboradas por este grupo serviram de base para a promulgação da Lei nº. 8.895 de 2003 e da Lei nº. 10.039 de 2006, que constituem a legislação baiana de proteção do Patrimônio Cultural

o campo dos estudos em História da Cidade e do Urbanismo. A partir daí, minha pesquisa tomou uma direção mais clara e objetiva. A proposta inicial, bastante abrangente, pretendia entender a influência da industrialização no processo de urbanização da Península Itapagipana. Ao discutir com Ana, a quem escolhi como orientadora, percebi que a pesquisa poderia ser mais direcionada. Assim, acabei focando na produção da habitação proletária em Salvador, o que limitou o objeto de estudo, mas ampliou o seu recorte geográfico. Isso também me permitiu fazer uma leitura mais ampla da relação entre a produção habitacional e a cidade como um todo, na transição dos séculos XIX e XX. A pesquisa (CARDOSO, 1991) revelou que, desde o século XIX, já havia um projeto de segregação social do espaço urbano soteropolitano, o que foi muito interessante de explorar.

No mestrado, se trabalhava com diversos temas, em decorrência da amplitude das Áreas de Concentração. Na área de Urbanismo, havia colegas direcionados ao estudo da cidade sob a perspectiva das políticas e dos problemas urbanos enfrentados, em diversos níveis. Na de Conservação e Restauro, os trabalhos se voltavam a temas sobre arquitetura, técnicas e materiais construtivos, além de políticas de preservação patrimonial. Porém, eu, por exemplo, trabalhei com a história da cidade visando a subsidiar ações para preservar um patrimônio que estava em processo de desaparecimento.

Depois do mestrado, continuei no IPAC, mas em 1992 fiz concurso para docente de História da Arquitetura na FAUFBA, sendo contratado em 1993. Entre o concurso e a contratação, trabalhei como professor substituto. Com a experiência de colaboração no CECRE, poucos anos depois de concursado também assumi algumas atividades no MAU, especialmente participando da organização de cursos e eventos, a convite do professor Marco Aurélio, então Coordenador do programa. Nessa época, já se discutia a criação do doutorado.

Também atuei no NAPPE [Núcleo de Apoio à Pesquisa e Produção Editorial]⁴ e participei das primeiras publicações que realizamos nos anos 90. Uma delas foi o livro *(Re)Discutindo o Modernismo* (CARDOSO; OLIVEIRA, 1997), que organizei junto com Olívia Fernandes [de Oliveira], além de ter feito o seu projeto gráfico. Na mesma época, ainda como

⁴ N.E. — O Núcleo de Apoio à Pesquisa e Produção Editorial foi instituído em 1996 com a missão de planejar e editar a produção do PPG-AU/FAUFBA, abrangendo livros, anais, catálogos, textos didáticos e periódicos. Em 2002, passou por uma reestruturação que ampliou sua atuação editorial, incluindo coedições com a EDUFBA e outras editoras, além do lançamento do periódico *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, direcionado à produção de discentes e docentes. O núcleo também modernizou o site do programa e iniciou o desenvolvimento de recursos didáticos para o curso de Arquitetura e Urbanismo, ensino médio e cursos à distância. Em 2023, obteve a aprovação de seu regimento interno e de sua política editorial pelo Colegiado do PPG-AU, e também renovou a sua equipe.

membro do NAPPE, participei da editoração de alguns outros livros, entre eles, um resultante do primeiro SHCU [Seminário de História da Cidade e do Urbanismo] e outro sobre habitação, coordenado por Angela Gordilho.⁵ Fizemos também o caderno de resumos das dissertações que ainda não tinham sido devidamente registradas, um pequeno guia e roteiro sobre arquitetura moderna em Salvador, além de outras coisas que agora me fogem da memória.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Quais são as diferenças que você consegue delimitar entre o MAU de 1983 e o PPG-AU/FAUFBA de 2003?

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: Já havia um outro nível de estruturação do PPGAU, incluindo a existência de grupos de pesquisa mais consolidados. O programa se abria, ainda mais, para reflexões e pesquisas que não estavam necessariamente restritas ao campo de atuação de arquitetos e urbanistas. Foram ampliadas as possibilidades de estudo sobre diversos temas relacionados aos processos urbanos contemporâneos e se consolidou o entendimento de que o universo da arquitetura e urbanismo podia servir de campo para discussões mais abrangentes, que iam para além das questões restritas à área propriamente dita. Acho que isto ocorreu não apenas como consequência de mudanças no olhar do Colegiado e de coordenadores do programa, mas também em decorrência do aumento do interesse por questões emergentes de diversas ordens, trazidas por pessoas que buscavam sua qualificação acadêmica no PPG-AU. O fato de o programa já estar consolidado como um dos melhores do Brasil também ajudou a ampliar essas possibilidades. Essa foi, para mim, uma das grandes mudanças.

Quanto à minha experiência no doutorado, posso dizer que foi bem diferente do mestrado, especialmente, porque no mestrado, como havia dito, vivenciei sua estruturação. No doutorado, apesar de recente, o programa estava mais consolidado e, quando entrei, em 2003, já se realizavam as defesas da sua primeira turma. O doutorado também foi uma experiência mais solitária, o que teve seu lado positivo. Com menos disciplinas a serem cursadas, permitiu um foco mais direcionado à pesquisa. Meu tema de tese (CARDOSO, 2009) continuou relacionado à história da cidade e do urbanismo, mas com uma mudança no recorte temporal. No mestrado, trabalhei com a transição do século XIX para o XX, focando em Salvador. No doutorado, escolhi o período colonial e desenvolvi um trabalho que buscava entender o processo de pensar e fazer cidades no mundo português, tomando como referência Salvador e Goa, na Índia. Cidades que

⁵ NE — Trata-se dos livros *Cidade e Urbanismo: História, Teoria e Práticas* (PADILHA, 1998) e *Habitar Contemporâneo: Novas Questões no Brasil dos Anos 90* (GORDILHO-SOUZA, 1997).

desempenhavam papéis análogos, enquanto capitais coloniais, apesar de se localizarem em contextos completamente diferentes. O doutorado também me permitiu, através do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior [PDSE], da CAPES, pesquisar em instituições estrangeiras, sob orientação conjunta de Marco Aurélio, do PPG-AU/FAUFBA, e Paulo Varela Gomes, da Universidade de Coimbra. Mesmo residindo em Lisboa, onde se encontrava a documentação mais importante para a tese, tive possibilidade de também pesquisar em bibliotecas e arquivos da França, Inglaterra e Índia.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Vamos falar agora do seu período como Coordenador do PPG-AU/FAUFBA. Foi entre 2014 e 2017, em duas gestões, certo?

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: Sim, foram duas gestões, mas inicialmente fui Vice-coordenador, no período em que Xico Costa era Coordenador. Porém, Xico retornou à Paraíba no final de 2013, sem terminar o seu segundo mandato e tive de assumir interinamente a coordenação, até junho de 2014. Em julho do mesmo ano, houve eleição e fui oficialmente indicado para Coordenador, com Márcia Sant'Anna como Vice. Em 2016, fui reconduzido ao cargo, novamente com Márcia como Vice. Entretanto, não cheguei a concluir este mandato, devido a problemas de saúde que me impediram de continuar à frente da Coordenação. A partir de 2017, Márcia assumiu efetivamente, e eu fiquei mais ou menos como o Vice.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E qual era o cenário da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, nessa década de 2010? E quais foram os principais desafios enfrentados pelo PPG-AU/FAUFBA durante a sua Coordenação?

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: Era um cenário de transição em vários aspectos. Uma das coisas que percebi, ao longo desse período, foi o movimento das universidades privadas buscando assegurar maior reconhecimento e apoio financeiro da CAPES. Isto eu pude confirmar, anos depois, ao participar da Comissão de Avaliação dos Mestrados Profissionais em Arquitetura e Urbanismo, promovida pela CAPES, em 2017, composta por 11 participantes, incluindo o Coordenador da Área, sendo que, entre os outros 10 membros, havia uma composição igualitária de representantes das universidades públicas e privadas. Por outro lado, ao assumir a Coordenação, eu era relativamente novo nesse mundo da pós-graduação *stricto sensu*, tendo como bagagem apenas a experiência de coordenação do MP-CECRE, que tinha outra dimensão.

O CECRE havia recém se transformado em um mestrado profissional, uma modalidade de qualificação que ainda não era completamente clara nem mesmo para os funcionários da CAPES. Ou seja, pode-se dizer que não se encontrava plenamente inserido no

complexo universo da pós-graduação brasileira. No MP-CECRE, ainda em sua segunda edição como mestrado profissional, minha percepção do sistema de pós-graduação, como um todo, era limitada. Quando assumi o PPG-AU, senti como se tivesse caído de paraquedas em um meio novo e desconhecido. Felizmente contei com o apoio do corpo docente, especialmente de colegas como Marco Aurélio, Angela Gordilho e Ana Fernandes que, além de possuírem inserção nacional no âmbito da pós-graduação, já haviam sido Coordenadores do PPG-AU. Isto foi fundamental para entender melhor esse cenário e lidar com as dificuldades encontradas, particularmente no âmbito político, no qual, por exemplo, a indicação de representantes para Coordenação da Área na CAPES⁶ e para os Comitês Assessores ligados à arquitetura e urbanismo do CNPq, era feita de forma articulada com programas que possuíamos maior proximidade.

Apesar disso, penso que no período também se iniciou certo “aguçamento da concorrência” entre os programas de pós-graduação, visando às avaliações, o que envolvia estratégias políticas para alcançar melhores resultados. Novos instrumentos de avaliação foram criados, como a plataforma Sucupira, cuja obrigatoriedade de utilização era um grande desafio. Passamos por muitas dificuldades com ela, e, ainda hoje, sabemos o quanto responder ao que nela se solicita é complicado. A plataforma apresentava muitas inconsistências e a linguagem e as instruções para o seu preenchimento não eram claras. Além disso, havia a dificuldade de convencer o corpo docente e o corpo discente da necessidade de fornecer dados mais detalhados sobre sua produção acadêmica, algo que não era tão exigido no sistema de coleta de dados anteriormente utilizado pela CAPES. Ou seja, foi muito difícil enfrentar esse desafio. Felizmente, eu tive a sorte de contar com a Márcia como Vice-coordenadora, uma pessoa extremamente ativa e dedicada. Nós efetivamente dividíamos as responsabilidades e, assim, conseguimos levar adiante o trabalho.

O PPG-AU/FAUFBA já estava consolidado, e isso foi um ponto forte para o reconhecimento das suas potencialidades. Tentamos ampliar as possibilidades de internacionalização, não apenas criando espaços para trocas de experiências de pesquisa entre professores, como no programa CAPES/COFECUB,⁷ através de um projeto de pesquisas que trouxe uma série de pesquisadores que também deram aulas no programa. Além disso

⁶ N.E. — Que, à época, já abarcava a programas de pós-graduação em arquitetura, urbanismo e design.

⁷ N.E. — Programa de cooperação acadêmica entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Brasil, e o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB), na França. Criado em 1978, tem por objetivo promover a colaboração científica e acadêmica entre universidades e centros de pesquisa dos dois países, apoiando projetos conjuntos de pesquisa e missões de estudos, e facilitando doutorados-sanduíche, por exemplo.

fizemos parcerias com universidades da Alemanha através do DAAD,⁸ articuladas pelo LCAD,⁹ assim como com diversos grupos de pesquisa franceses, a partir do apoio e capacidade de articulação de docentes do programa, como Paola [Berenstein Jacques] e Ana Fernandes.

Além do mais, nos esforçamos para ampliar as bolsas PDSE/CAPES, buscando aumentar as possibilidades de os doutorandos desenvolverem parte de suas pesquisas no exterior. Ao lado disso, ampliamos a participação de estudantes estrangeiros como discentes no PPG-AU, através do apoio de programas como o que agora se chama Move La América.¹⁰ Acho que antes tinha outro nome,¹¹ e dessa forma se ampliou o número de discentes estrangeiros, principalmente latino-americanos, mas também alguns europeus, estes vinculados ao projeto Sustain-T/Erasmus Mundus.¹² Embora antes da nossa gestão tenham existido diversas ações de internacionalização, nos esforçamos para melhor aproveitar as novas oportunidades que se abriram para expandir essas iniciativas.

Por outro lado, apesar de já ser um programa consolidado e reconhecido, o PPG-AU/FAUFBA ainda contava com uma estrutura administrativa e um corpo docente pequenos. A solução encontrada foi trabalhar na ampliação do quadro docente através do incentivo ao credenciamento de recém-doutores. Com Xico, entramos Márcia e eu. Éramos os mais novos, mas logo fomos induzidos a assumir um conjunto de atribuições que envolviam nossa participação em comissões diversas, incluindo a de revisão do regimento do PPG-AU. Logo que assumimos a Coordenação, percebemos que era essencial ampliar ainda mais o quadro docente, incorporando professores e pesquisadores

8 N.E. — Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Deutscher Akademischer Austauschdienst) que, em parceria com a CAPES, inclui o Programa de Pesquisa Brasil-Alemanha (PROBRAL), há 30 anos.

9 N.E. — O LCAD, fundado em 1992 por Arivaldo Leão de Amorim e Gilberto Corso Pereira, inicialmente se chamava Laboratório de Computação Gráfica Aplicada à Arquitetura e ao Desenho, em 2014 tornando-se o Laboratório de Estudos Avançados em Cidade, Arquitetura e Tecnologias Digitais. Atua, no PPG-AU/FAUFBA, como um centro multidisciplinar dedicado à pesquisa em tecnologias de representação e intervenção espacial.

10 N.E. — O Programa Move La América, criado pela CAPES, foi lançado oficialmente em 2024. Objetiva reforçar a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, atraindo estudantes de instituições da América Latina e Caribe para um intercâmbio em programas de mestrado e doutorado no Brasil.

11 N.E. — Em anos anteriores, estudantes latino-americanos acessavam pós-graduações brasileiras através do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criado em 1981 e ainda vigente, que contempla o alunado de 29 países da África, 28 da América Latina e Caribe, 10 da Ásia e 7 da Europa. Além deste, o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA/GCUB 2015), a partir de uma seleção prévia da Organização dos Estados Americanos, disponibilizou bolsas para estudantes estrangeiros no PPG-AU, como as três concedidas para o doutorado e as duas para o mestrado, destinadas a estudantes latino-americanos, em 2016.

12 N.E. — O Sustain-T é um projeto da parceria Erasmus Mundus, financiado pela Comissão Europeia, coordenado pelo Politecnico di Milano e co-coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que oferece bolsas de estudo para alunos de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e docentes, promovendo mobilidade entre a Europa e a América Latina.

que, apesar de não totalmente integrados ao programa, já participavam dos seus grupos de pesquisa, como Pesquisadores Associados. Ao terem sido credenciados no PPG-AU, além de poderem assumir atividades de ensino, orientação, organização de eventos, por exemplo, também poderiam participar de comissões que contribuíssem para facilitar o funcionamento administrativo.

Após o credenciamento de novos docentes, iniciamos também um movimento de ampliação do número de avaliadores nas comissões de seleção, de modo a fazer frente à quantidade cada vez maior de candidatos, tanto no mestrado quanto no doutorado. Para isto, além de considerar o quadro de professores permanentes, propusemos a participação de professores colaboradores, que muito contribuíram para dar mais eficiência e transparência aos processos seletivos, incluindo a elaboração de baremas mais detalhados, com critérios de pontuação mais claros. É desse período a incorporação de nomes como Rodrigo [Baeta], Nivaldo [Andrade], Ana Carolina Bierrenbach e, posteriormente, Any [Ivo], Luiz Antônio [de Souza] e Juliana [Nery], entre outros.

Outra medida importante, durante o período, foi a implementação de processos seletivos mais abrangentes. A partir de 2016, começamos a levar em conta o sistema de cotas, já utilizado pela UFBA no âmbito da graduação. Foi um processo difícil, porque os parâmetros ainda não estavam muito claros, o que abria possibilidades de judicialização. Mesmo assim, conseguimos avançar.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Última pergunta. Se você tivesse que explicar a candidatos e candidatas à seleção de mestrado ou doutorado o que vão encontrar no PPG-AU/FAUFBA e o que nos diferencia de outros programas, o que você diria?

Luiz Antonio Fernandes Cardoso: Um aspecto que foi determinante para diferenciar o nosso programa de outros no Brasil foi a inclusão de uma área de concentração voltada especificamente a questões relacionadas à preservação do patrimônio e à memória, em suas diversas perspectivas e possibilidades. Contudo o termo "Conservação e Restauro" pode, a um primeiro olhar, incomodar e parecer restritivo. Por isso, acho que deva estar sempre bem explicitado no sentido em que foi pensado, no site e nos editais de seleção, deixando clara a sua real dimensão e seu significado. Nosso programa foi pioneiro ao dar ênfase e força a essa discussão, e acredito que isto ainda se constitui em um diferencial. Outros programas podem até ter incorporado isso depois, mas temos uma história que fundamenta a abordagem sobre patrimônio e memória no Brasil, o que nos dá um lastro importante.

Outro aspecto a ser destacado é a pluralidade de olhares e a abrangência dos temas contemplados nas linhas e nos grupos de pesquisa do programa, assim como o reconhecimento acadêmico do seu corpo docente. Acho que isso é essencial para fomentar as ações no âmbito da pós-graduação. Felizmente, temos um lastro sólido também nesse campo. Esses são pontos que certamente servem como argumentos para atrair pessoas interessadas em se qualificar e se envolver no nosso programa. Acho que é por aí...

Referências

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. **Entre vilas e avenidas:** habitação proletária em Salvador na primeira República. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1991.

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. **Idealizações e materializações da cidade colonial no mundo português:** Goa e Salvador nos séculos XVI e XVII. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de (org.). **(Re)Discutindo o modernismo:** universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1997.

GORDILHO-SOUZA, Angela (org.). **Habitar contemporâneo:** novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/Lab-Habitar, 1997.

PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo:** história, teoria e práticas. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1998.

Recebido em: 06/09/2024

Aceito em: 12/10/2024

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v13i0.64176

Como citar: CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. “Temos uma história que fundamenta a abordagem sobre patrimônio e memória no Brasil, o que nos dá um lastro importante”. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 13, n. 1, p. 97-111, 2024.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL